



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua

Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000

Telefone: 11-2833-4150

PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 119860253

São Paulo, 14 de fevereiro de 2025.

ATA DA 124ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POP RUA

REALIZADA NO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 13H30.

Pautas: 1. Fechamento do hospital da Bela Vista, 2. Projeto de Lei do Programa reencontro. Endereço: Rua Libero Badaró, 119, Sé, São Paulo - SP 0100 8-000 (Próximo do Metrô Anhangabaú), e, 3. Repasse da SMADS para os serviços, e o fechamento de alguns serviços (casa franciscana por exemplo)

Participantes Governo: Alcyr Barbin (SMDHC), Karen Fernanda (SMDHC); Aline Fernanda (SMADS), Luciano Santos Araujo (SMSUB), Alex Ribeiro (SMDDET), Maria Lucia de Oliveira (SMDDET)

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, Gisele Abreu

Participantes Organização Social: Mabel Andrade Garcia (EAB), Beatriz Clemente (Fórum da Cidade), Cleiton Ferreira (É de Lei)

A reunião teve início às 14h11, com a presidência do senhor Alcyr, que apresentou o Comitê PopRua e explicou as pautas que seriam discutidas ao longo do encontro. A coordenação iniciou com a apresentação do modelo da reunião, assim como, as regras do espaço. Seguiu-se a explicação sobre o Comitê PopRua e o respectivo decreto, com a leitura de cada inciso da legislação. Foi abordado também como o Comitê se manifesta legalmente, esclarecendo que a manifestação ocorre por meio de moções, requerimentos solicitando informações ou notas públicas. A coordenação destacou que seu objetivo principal é organizar a reunião.

Na sequência, foi realizada a apresentação do manual de boas práticas, esclarecendo o procedimento a ser seguido em caso de desrespeito às regras do Comitê, incluindo como as denúncias são feitas. Além disso, foi questionado se o Governo também pode ser sancionado diante de tais infrações.

Logo após apresentação iniciam-se falas abertas para denúncias.

Castor relatou ser brasileiro e expressou seu desejo de garantir os direitos das pessoas em situação de rua, mencionando especificamente as dificuldades enfrentadas por pessoas amputadas, idosas e aquelas que dormem nas ruas, expostas à chuva e ao frio. Destacou que a sociedade civil tem o direito de reivindicar essas questões, questionando a ausência de um banheiro público e observando que nenhum morador de calçada estava presente no comitê. Também enfatizou a importância da presença do jornalismo na reunião, afirmando que a mídia deve dar mais espaço para o Brasil e para os brasileiros, em vez de priorizar os Estados Unidos. Além disso, Castor deixou claro que não é dependente de drogas ou álcool, pois se encontra

consciente. Criticou as regras do manual de boas práticas, sugerindo que elas foram elaboradas com a intenção de silenciar a população em situação de rua. Finalizou seu discurso afirmando que o brasileiro precisa de emprego, moradia e de se livrar da enganação e da hipocrisia. Relata que o brasileiro precisa de seus direitos garantidos, e, que já está nessa luta há 20 anos.

Alexandre compartilhou sua experiência sobre a luta para conseguir uma vaga na Vila Reencontro, informando que conseguiu uma vaga na Vila Cruzeiro do Sul. No entanto, destacou que o processo continua sendo extremamente difícil e burocrático. Relatou que as empresas precisam se deslocar até o local para desenvolverem projetos e iniciativas com o objetivo de retirar as pessoas da situação de rua, apontando a complexidade e os obstáculos envolvidos nesse processo. Ressaltou que é necessário que as empresas se desloquem até o local para oferecer oportunidades de emprego, mencionando que muitos moradores permanecem nas vilas e parece que não conseguem sair. Ele expressou seu desejo de conseguir sair desse sistema, pois está cansado das dificuldades enfrentadas.

Maria Edilaine realizou a leitura de uma carta na qual relatou estar sendo desrespeitada por Edivaldo, mencionando que, desde que procurou ajuda através do Comitê Pop Rua, tem sido ignorada. Informou que Edivaldo teria criado mentiras a seu respeito, o que levou ao seu desligamento do Programa Operação Trabalho (POT), ainda afirma que por conta dessas mentiras ela não pode mais se inscrever no programa. Maria destacou que já abordou essa situação em três reuniões anteriores e procurou respostas, mas não obteve retorno. Ela questionou quantas vezes precisaria repetir o mesmo relato e pediu que o Comitê tomasse providências, ressaltando que as mães em situação de rua precisam ser ouvidas e não esquecidas, a fim de evitar que as violências se repitam.

Alex relatou que, na última reunião, houve uma tentativa de sobrepor pautas, além de um relato de que eles foram considerados agressivos, mas que, na verdade, houve uma agressão em uma reunião anterior que não foi verbalizada adequadamente. Ele também mencionou uma articulação para proibir que ele e outros se expressassem, o que ele considerou uma atitude agressiva. Alex informou que tem ocorrido reuniões nas quais a população em situação de rua não foi convidada, destacando que eles possuem e-mail e pedindo que sejam avisados sobre as reuniões para que possam participar. Comparou essa exclusão ao comportamento de Edivaldo, afirmando que o que ele fez está guardado. Ele questionou o motivo pelo qual as pessoas humildes estão sendo colocadas umas contra as outras.

Alex ainda mencionou que, no dia da reunião no "Chá do Padre" para votação da PL 247, houve uma festa nesse evento e se dirigiu a Bia Clemente (da mesa diretora), questionando se a população foi convidada para participar. Informou que Luana votou a favor, junto com Ricardo Nunes, e que apenas quatro pessoas votaram contra, sendo essas do PSOL. Ele afirmou que, por esse motivo, não escolhe lados, pois enquanto a população vulnerável segue sendo negligenciada, a polarização continua. Também destacou que a ata da reunião não registrou as denúncias feitas, mencionando que foi desligado da reunião online. Criticou a existência de uma "panelinha" dentro do comitê e pediu que essa prática fosse encerrada.

Por fim, Alex solicitou que seu relato fosse registrado e constasse em Ata, ressaltando que, na reunião anterior, só constavam ataques contra eles e não as denúncias que haviam sido feitas.

Paulo destacou que as demandas continuam as mesmas, ano após ano, e que chegou o momento de discutir as tendas de inverno. Ele afirmou que, apesar de a esquerda ajudar um pouco mais que a direita, é necessário avaliar como foram as tendas de inverno do ano passado, já que muitas pessoas estão sofrendo com a chuva.

Relatou que já havia solicitado anteriormente a instalação de uma tenda de inverno na Praça da Árvore, próxima ao Bairro Saúde, como uma medida urgente para atender a essa necessidade. Paulo também informou sobre a plenária do centro, marcada para o dia 05 de março, na Galeria Olido, para discutir questões relacionadas à habitação. O início da conferência da cidade está previsto para as 8h.

Jenniferly relatou sobre as violências que a população em situação de rua tem sofrido, destacando que tanto a Vila de Reencontro quanto a locação social não oferecem autonomia, comparando-as a um albergue. Ela enfatizou que é necessário mudar essa realidade. Informou que faz das palavras de Castor as suas, destacando que as pessoas em situação de calçada são vistas e bem escutadas, independentemente de serem dependentes ou estarem em uso de álcool. Ela mencionou a falta de oportunidades de POT para essas pessoas, que, mesmo enfrentando cobranças, acabam sendo presas a um ciclo vicioso. Jenniferly ressaltou que, para oferecer moradia, é preciso preparar as pessoas para a vida no novo espaço, sem acreditar que, só porque estão no auxílio Reencontro, elas já estão prontas. Para ela, não se trata apenas de uma demanda de vagas ou de simplesmente deslocar as pessoas para outros locais. Ela ainda afirmou que o Comitê não é qualquer coisa e que ele deve ser visto como a porta de entrada para os serviços disponíveis. Por fim, Jenniferly sugeriu que fosse realizada uma maior supervisão das pessoas em situação de rua, como forma de proporcionar um acompanhamento mais adequado.

Lucy relatou que está no Programa Auxílio Reencontro há 8 meses e que os técnicos do serviço estão constantemente na porta de sua casa. Ela questionou como funciona esse acompanhamento, pois tem uma rotina de idas ao médico, estudo e fisioterapia, e todos os dias algum técnico vai até sua residência. Perguntou também se é necessário que as visitas aconteçam a cada 15 dias.

A coordenação (Alcyr) respondeu que existe uma previsão legal para o acompanhamento, o qual deve seguir uma periodicidade específica.

Lucy então expressou sua frustração, comparando a presença constante dos técnicos a "urubus em cima de carniça", mencionou que precisa fazer suas próprias atividades e que os técnicos ligam o tempo todo querendo visitá-la.

Alcyr explicou que as visitas devem ocorrer durante os 2 anos e orientou que ela deve continuar com suas atividades, como o curso e a fisioterapia, sem deixar que as visitas interfiram nesse processo. Foi sugerido a Lucy que fizesse uma denúncia na ODH (Ouvidoria dos Direitos Humanos), e Lucy perguntou sobre a moradia, buscando esclarecimentos a esse respeito.

Fabrizio relatou que os equipamentos destinados à população em situação de rua não são mais do que depósitos de seres humanos e que a Pop Rua merece, acima de tudo, emprego, moradia e condições dignas de vida. Ele destacou que falar sobre Direitos Humanos é fácil, mas ele gostaria de ver as pessoas realmente tendo seus direitos respeitados e garantidos.

Fabrizio também expressou seu desejo de ver o Prefeito Ricardo Nunes deitado nas camas dos equipamentos, questionando como seria sua vivência nas condições de quem está em situação de rua. Ele afirmou que a maioria dos gerentes de albergue deveria ser responsabilizada, chegando a considerar que muitos desses gerentes são criminosos. Além disso, fez uma reclamação sobre a alimentação fornecida nos albergues, mencionando que está sendo servido, cotidianamente, carne de porco e frango. Ele questionou o Prefeito sobre como seria sua alimentação, sugerindo que ele experimentasse as condições alimentícias enfrentadas pela população em situação de rua. Por fim, pediu uma fiscalização mais rigorosa, ressaltando que a população em situação de rua merece ser tratada com empatia, pois são seres humanos.

Roseli falou sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, especialmente as idosas, que não têm um serviço específico de atendimento, ainda em Vilas Reencontro e hotéis. Ela destacou a falta de atenção e apoio adequados para esse grupo, que precisa de cuidados especiais. Ela solicitou que a direção do POT fosse convocada para dar respostas, pois há pedidos para o aumento do número de POT's, já que muitos estão terminando, e sabe-se que em fevereiro surgirá uma nova demanda. Roseli também expressou interesse em saber mais sobre o POT Cultura, destacando a necessidade de geração de renda e trabalho para a população em situação

de rua. Ela enfatizou que a única forma de garantir uma saída digna para essas pessoas é proporcionar autonomia por meio da geração de renda.

Roseli ressaltou que não adianta ter equipamentos e não oferecer nada dentro desses locais, questionando a real utilidade desses espaços se não há recursos ou estrutura para atender as necessidades da população.

Se dirigiu à SMADS e questionou sobre o edital de doações de móveis, pedindo esclarecimentos sobre as pessoas que estão acessando moradia e como elas irão viver, já que, dentro dos equipamentos, só terão seus pertences pessoais, sem mobília ou condições adequadas.

Por fim, ela pediu que o POT estivesse presente nas discussões para abordar as especificidades da Pop Rua e garantir que as necessidades dessa população sejam devidamente atendidas.

Otávio Silva (Rede Rua) trabalha na chapelaria social Irmã Alberta e está vinculado ao PAR (Programa de Apoio a Rua) junto ao Ministério de Direitos Humanos e tem funcionado no Brás. Ele traz duas menções de denúncia e repúdio. A primeira está relacionada à Secretaria de Trabalho na zona leste, especificamente ao Instituto Vista, que gerencia o Programa de Oportunidade de Trabalho (POT). Otávio informa que, embora exista uma prerrogativa prevista em lei sobre o desligamento no POT, esse processo é realizado de forma muito violenta. Ele menciona que uma pessoa presente, que participa do POT, vinha solicitando uma transferência para melhor alocação. No entanto, ao ser chamada pelo Instituto Vista, essa pessoa acreditava que a transferência estava acontecendo, mas, na verdade, ocorreu um desligamento. Para alguém que paga aluguel e estava se organizando para procurar um emprego em um mês e meio, essa situação é extremamente difícil.

Otávio solicita ao comitê que convoque o Instituto Vista para que, enquanto entidade gestora, seja transparente e estabeleça um fluxo de comunicação com as pessoas ligadas ao POT.

Outro ponto crítico que Otávio relata é sobre o SEAS. Usando o nome de Maria, ele menciona que ela buscou ajuda após ter sofrido violência física e psicológica. Maria foi acolhida em um serviço de qualidade insatisfatória e decidiu sair, pedindo para vir para a região central. Ela seguiu o fluxo estabelecido e entrou em contato com o número 156, abrindo um chamado para acolhimento. Por volta das 14h, uma equipe do SEAS foi até o espaço de chapelaria, onde Maria aguardou na calçada, já que não era permitido esperar dentro do serviço. Caso ela soubesse, perderia a vaga juntamente com seu filho. Às 18h30, a equipe da Rede Rua retornou ao SEAS e descobriu que o chamado havia sido encerrado. Ao acionar o 156 novamente, e após duas horas, Maria foi informada de que não havia vagas no serviço, o que é um absurdo para um serviço que deveria funcionar na cidade. Otávio resalta que Maria não enfrenta apenas a insegurança de estar em situação de rua, mas também lida com questões relacionadas ao seu filho. A ausência de apoio agrava ainda mais a situação. Orientada pela equipe do SEAS, Maria fez mais um pedido de vaga, mas, após mais duas horas, recebeu a informação de que o pedido havia sido indeferido. Otávio conclui que não é viável implementar um serviço que não funcione adequadamente na cidade.

Gisele fala sobre acolhimento digno e informa que os relatórios são mentirosos e que em sua maioria, pessoas que usam do serviço não sabem do porquê foram transferidos, questiona onde está o atendimento humanizado.

Pede que seja realizada a fiscalização não apenas dos serviços, mas também de seus funcionários, pois ela possui seis boletins de ocorrência, todos registrados pela assistente social. Ela enfatiza que a fiscalização é importante, uma vez que a maioria das pessoas não sabe nem porque estão sendo excluídas dos serviços. Gisele relata que o que ocorre dentro dos serviços é muito violento; por exemplo, se alguém reclama da alimentação, isso pode ser motivo para desligamento, questionando onde está a autonomia e a dignidade na moradia.

Ela destaca que muitos funcionários apenas apontam os dedos para os usuários e sugere que deveria haver um sistema similar ao do Programa de Oportunidade de Trabalho (POT), onde as denúncias contra funcionários também possam ser realizadas, oferecendo oportunidades para as pessoas. Gisele conclui que, para que as mães possam cuidar de seus filhos, é fundamental que mais mães tenham acesso ao POT.

Alcyr informa que terá a pausa para o kit lanche e no retorno será discutido a pauta da reunião.

As 15h30 retoma a reunião, Alcyr informa que conselheiros decidiram que a reunião seguirá no auditório e não de forma híbrida. Alex questiona sobre as pautas e que existem outras pautas anteriores que não foram discutidas. Alcyr pede questão de ordem e informa que as pautas não foram repetidas e caso ele queira colocar outras pautas, ele pode fazer.

Giordana questiona sobre pauta, e também, sobre os conselheiros e suplentes que não estão comparecendo, para que sejam substituídos.

Alcyr informa que já estão trabalhando para a troca de portaria e mandaram processos para as secretarias para encaminhar os representantes deles. E quando publicar a portaria já ter essa atualização.

Alcyr informa sobre a votação da pauta de composição de subcomitês e votam para que seja pauta é excluída.

Conselheira Mabel sugere pauta de Precarização de serviços.

Gisele solicitou a palavra e levantou questões sobre a pauta da última reunião, mencionando também a mesa coordenadora, observando que esta não havia comprovado que estava em situação de rua, sendo necessário essa comprovação. Ela questionou o que é necessário apresentar, mesmo quando a pessoa se apresenta como representante de uma organização ou como pessoa civil. Gisele destacou que todas as reuniões devem ser centradas na Casa Franciscana.

Alcyr pediu a palavra para levantar uma questão de ordem

Alex, em seguida, comentou sobre Bia, do Fórum da Cidade, argumentando que, embora ela afirme representar a rua, não o faz, nem fala em nome da população em situação de rua.

Alcyr solicitou que Alex colaborasse para o andamento da reunião, alertando que, caso contrário, tomaria medidas com os conselheiros e seguiria com a reunião em uma sala reservada, apresentando somente em telão para sociedade civil.

Alex respondeu que não concordariam com tal decisão, fazendo uma analogia com a ditadura.

Bia, então, pediu a palavra para responder a Alex, questionando por que ele acreditava que ela não representava a rua.

Alex respondeu que isso se devia ao fato de ela conhecer as demandas, mas se concentrar exclusivamente na questão do "chá do padre".

Bia, por sua vez, se defendeu, alegando que não havia se manifestado durante a reunião.

Alcyr, então, solicitou que Alex permitisse o andamento da reunião e pediu para que a democracia fosse respeitada, enfatizando a necessidade de seguir com o processo de forma ordenada.

Castor, por sua vez, sugeriu que a nova secretária, Regina, fosse convidada a conhecer a população para compreender melhor como lidar com as denúncias apresentadas.

Alcyr prosseguiu informando as pautas da reunião, incluindo o CPD (Centro de Promoção e Defesa da População em Situação de Rua).

Mabel, então, relatou sua preocupação com a precarização dos serviços e a ausência da SMADS

na região da Liberdade.

Alex fez uma observação, mencionando que há três reuniões em que existem denúncias que aguardam retorno e alertou sobre a tentativa de sobrepor novas pautas sem que os pendentes sejam resolvidos.

Giodarna, por sua vez, informou que alguns conselheiros e suplentes não estavam comparecendo às reuniões e questionou sobre a possível substituição desses membros.

Alcyr respondeu que estavam trabalhando para republicar a portaria relacionada a isso, como havia dito o início desta reunião.

Gisele indicou que não conseguiu entender as pautas discutidas e os decretos mencionados.

Alcyr então esclareceu que, caso houvesse dúvidas sobre a ata, estas poderiam ser encaminhadas por e-mail para correções antes de sua publicação no Diário Oficial. Em seguida, ele apresentou a pauta do CPD, destacando sua importância. A reunião prosseguiu com uma apresentação sobre a Lei 17.252, que sistematiza as políticas para a população em situação de rua, enfocando o Centro de Promoção e Defesa da População de Rua (CPD). Após a apresentação, a reunião foi aberta para as manifestações dos participantes.

Cleiton Ferreira (conhecido como Dentinho, do movimento "É DE LEI") iniciou sua fala destacando a importância do CPD para a população. Enfatizou que essa iniciativa é fundamental, especialmente ao se considerar as denúncias e a articulação das redes. Cleiton destacou que, na prática, a redução de danos envolve vários fatores, e que diversos equipamentos devem priorizar a escuta e o acolhimento da população em situação de rua, sem a prática de preconceitos. Ele também mencionou que, quando se fala em mediação, muitos trabalhadores não estão devidamente preparados e acabam levando o trabalho para o lado pessoal, esquecendo-se do aspecto essencial, que é o cuidado com a população de rua. Segundo Cleiton, é crucial que os trabalhadores compreendam essa responsabilidade.

Adicionalmente, Cleiton afirmou que garantir os direitos dessa população envolve permitir que as pessoas possam ocupar outros espaços, como Sesc's, museus, entre outros. Cleiton finalizou sua fala ressaltando que, dentro da perspectiva da redução de danos, a escuta ativa e a compreensão da amplitude desse processo são indispensáveis, considerando o crescimento alarmante da população em situação de rua. Ele destacou que a capacitação dos profissionais que atuam nesse campo é de suma importância.

Gisele relata que o serviço "novo CPD" deve funcionar 24h em caráter de urgência, pois muitos ficam em situação de calçada. E, informa também que um serviço joga para outro e se houvesse um local 24h com uma cama, colchão ou atendimento de qualidade tem quase certeza que melhora e muito o tratado e informa que é isso que ela deseja.

Castor relata que será repetitivo e que ele não está de graça e que deveria aumentar o tempo de fala para a pop rua para 5 minutos e que precisar trazer a população de calçada para compor o comitê. Tem de avisar a mesa e às coordenadoras e quem elaborou essa lei e que as pessoas que moram na calçada não têm e-mail e que as atas devem ser lidas no comitê, porque uma formiga não faz formigueiro e que precisam de muitas formigas. E destaca que o que ele citou fossem respeitados e modificados.

Paulo relatou que existem diversas opiniões sobre o assunto e destacou que considera o fluxo de atendimento 24 horas muito pesado. Ele sugeriu que, ao invés de manter um serviço contínuo durante todo o ano, poderiam ser estabelecidas tendas de inverno que representem as instituições, considerando as diferentes épocas do ano, como o inverno e períodos de fortes chuvas, para garantir que o serviço seja 24 horas em situações específicas. Paulo propôs ainda a

ideia de pensar em espaços com centros de referência em redução de danos e sugeriu que as denúncias sejam encaminhadas ao Ministério dos Direitos Humanos. Ele também mencionou a necessidade de criar um canal específico para realizar e acompanhar as denúncias feitas à Guarda Civil Metropolitana (GCM).

Roberta falou sobre o CPD, afirmando que para conseguir estruturá-lo de forma eficiente, seria necessário desenvolver rotas específicas de atendimento, para garantir uma maior eficácia no atendimento à população em situação de rua.

Aglai levantou a questão de abrir um precedente para que as denúncias possam ser feitas de forma anônima, embora fosse necessário que as denúncias apresentassem provas. Ela sugeriu ainda que as atas das reuniões sejam encaminhadas para os serviços da prefeitura, para que a população em situação de rua possa ter acesso e realizar a leitura das informações, garantindo maior conhecimento e transparência.

Jenneferly compartilhou sua opinião sobre a proposta de atendimento 24 horas, considerando-a uma ideia interessante, mas ressaltando que, para trabalhar com o atendimento ao público em geral, já é desafiador, e com a população em situação de rua, esse trabalho se torna ainda mais difícil. Ela apontou que a sociedade muitas vezes rotula as pessoas em situação de rua como "mendigos", e enfatizou que as portas de acesso a esses serviços precisam ser mais acolhedoras para essa população. Jenneferly também apoiou a ideia do ônibus, mencionando que, após a fala de Roberta, o veículo poderia ser útil não apenas para a coleta de denúncias, mas também para fornecer um atendimento de qualidade, criando vínculos com as pessoas em situação de rua.

Fabrício relatou uma série de problemas no Refúgio 1, localizado na rua Marcos Arruda, no Belenzinho. Ele mencionou que está ocorrendo a distribuição de frangos vencidos, o que coloca em risco a saúde da população em situação de rua atendida no local. Além disso, destacou que os funcionários não estão devidamente preparados para atender a essa população de forma adequada. Fabrício também relatou que, em alguns dias, falta copos, e então compartilham copos, o que representa um grande risco, especialmente para pessoas que possuem tuberculose. Ele apontou ainda que, de acordo com a Vigilância Sanitária, pessoas que trabalham com excrementos estão entrando na cozinha, o que resulta em contaminação cruzada, agravando ainda mais a situação. Fabrício fez um apelo para que tanto o Prefeito quanto o Governador realizem uma fiscalização rigorosa dos serviços prestados, considerando a gravidade dos problemas relatados. Ele enfatizou a necessidade urgente de um atendimento mais humanizado e de medidas preventivas para garantir a saúde e o bem-estar da população atendida.

Roseli destacou a importância fundamental do CPD, ressaltando que o móvel (unidade móvel) é essencial para atender locais onde o CPD físico não está presente. Ela acredita que o serviço deve funcionar de duas formas: tanto para a coleta de denúncias quanto para o atendimento das demandas da população em situação de rua. Além disso, enfatizou a necessidade de estabelecer uma ponte de comunicação eficaz entre os serviços e de formar uma rede protetiva que envolva todos os canais de atendimento, incluindo os acolhimentos.

Bia, do Fórum da Cidade, perguntou se todos conheciam o espaço físico do CPD, destacando que é um ambiente pequeno, que comporta apenas alguns trabalhadores. Ela concordou com a ideia de coletar as denúncias relacionadas aos direitos humanos e ressaltou a necessidade de ter tanto um CPD móvel quanto um fixo para ampliar a cobertura e a eficiência do atendimento. Bia também expressou apoio ao horário de 12 horas de funcionamento, argumentando que não adianta manter um serviço 24 horas funcionando, com gastos públicos elevados, sem que haja um encaminhamento adequado das demandas.

Alex afirma que o governo só defende as instituições e não a população, destacando que não existem pessoas em situação de rua apenas na região da Luz, mas em várias outras áreas.

Hari, tentou iniciar sua fala, mas foi interrompida por Alex, que afirmou que as reuniões estão sendo realizadas de forma "escondida".

Alcyr, então, interveio, dizendo que isso não era verdade e que as reuniões não estavam sendo realizadas de maneira secreta. Ele pediu que respeitassem a fala da conselheira Hari, que representa a população em situação de rua.

Alex, por sua vez, retrucou dizendo que não aceitariam que as reuniões fossem feitas de forma escondida, mencionando que existem meios de comunicação como e-mail e telefone para garantir que todos possam ser informados e participar adequadamente das discussões.

Hari retomou sua fala, destacando a importância do CPD, afirmando que ele é necessário e muito relevante para atender às demandas da população em situação de rua. No entanto, ela alertou que algumas questões específicas precisam desse atendimento especializado. Hari expressou sua preocupação de que, ao adicionar outros serviços ao CPD, ele possa acabar se tornando uma "Estação Cidadania", como as duas já existentes, o que desviaria o foco principal do serviço. Ela ressaltou que o CPD deve manter sua função essencial, sem ser sobrecarregado com outras atividades que possam comprometer sua eficácia.

Neste momento, uma pessoa que estava na plenária, questiona quem irá receber as denúncias além do computador e Alcyr retorna que o ministério público que fará.

Alex afirmou que as denúncias precisam ser encaminhadas por alguém, mas destacou que o processo não funcionará adequadamente a menos que a própria população em situação de rua leve essas denúncias, enfatizando que a responsabilidade é deles.

França iniciou sua fala questionando quem, de fato, representava o governo na reunião e pediu que Alex respeitasse as autoridades presentes. França também apontou que havia uma falta de comunicação entre os trabalhadores e os representantes do governo. Ele concordou com a fala de outro participante da reunião, que mencionou ser a primeira plenária e que os representantes de governo têm o poder de intervir nos serviços. França sugeriu que as próximas plenárias sejam mais tranquilas e produtivas, com maior foco na colaboração.

Gabriel, representando o Consultório na Rua da Sé, falou sobre a pauta, concordando com a necessidade de um ponto fixo e um móvel para atender à população. Ele sugeriu que, como o ônibus atualmente não tem uma rotatividade adequada, uma alternativa seria contratar uma van para cobrir toda a cidade, especialmente à noite, e garantir que os trabalhadores, incluindo os da Zeladoria, SMADS e outros serviços, estejam devidamente preparados para prestar o atendimento necessário. Gabriel também sugeriu a criação de mais de um núcleo de atendimento para ampliar a cobertura.

Alcyr, por sua vez, informou que a questão do ponto fixo e móvel foi discutida e aceita, mas a proposta de funcionamento 24 horas não foi concluída. Ele comunicou que a decisão sobre esses pontos será encaminhada para votação ao final da reunião. Alcyr informou que a proposta de ter um ponto fixo e um ponto móvel foi acordada, mas a questão do funcionamento do serviço 24 horas não foi concluída. Ele mencionou que essa questão será encaminhada para votação na sequência. Além disso, ressaltou a importância de evitar o atendimento em redes, com a necessidade de encaminhamento para a Defensoria, de forma a não prejudicar os outros serviços que já realizam esse atendimento. Alcyr também destacou que o CPD não é um centro de acolhimento, mas sim um espaço para a coleta de denúncias, sendo inadequado para servir de abrigo para as pessoas em situação de rua. Explicou ainda que a ausência de vagas nos serviços configura uma violação de direitos e esclareceu como o serviço lidará com essa questão.

A discussão sobre o funcionamento do serviço de 24 horas foi iniciada, com questionamentos sobre se o atendimento seria contínuo ou realizado em plantões, incluindo a possibilidade de um serviço móvel e plantão telefônico. Foram apresentadas as seguintes propostas para votação:

Primeira proposta: funcionamento 24 horas diretas, apresentada por Gisele.

Segunda proposta: funcionamento com plantão de atendimento via telefone e chat, além de um funcionamento fixo e móvel, apresentada por Mabel, Hari e Cleiton.

Terceira proposta: funcionamento de 12 ou 16 horas, mas não houve votos favoráveis a essa proposta.

Cleiton sugeriu a criação de uma formação para os profissionais que atuam no acolhimento, incluindo os da Zeladoria e outros serviços, a fim de aprimorar o atendimento à população em situação de rua. Alcyr encerrou a pauta, destacando que o foco deveria ser no acionamento emergencial, mesmo que o serviço não funcione 24 horas.

Em seguida, Mabel apresentou sua pauta, abordando a situação do atendimento a pessoas em situação de rua durante as baixas temperaturas. Ela mencionou que, apesar de existirem vagas de pernoite na OBT, essas vagas foram reduzidas e atualmente há apenas 100 vagas disponíveis na região central. Relatou também que o equipamento com o qual trabalha é o único a oferecer esse tipo de atendimento.

Durante sua fala, Gisele dirigiu um comentário a Aline (da SMADS), sugerindo que ela voltasse para Mabel, mas Alex interveio, informando que Aline não representava a SMADS.

Aline respondeu que Alex estava impedindo que ela escutasse a pauta de Mabel.

Alcyr pediu para que Alex respeitasse Aline, afirmando que ela de fato era representante da SMADS.

Mabel continuou sua fala, enfatizando que o pernoite é uma vaga que precisa ser renovada diariamente, e quando as vagas estão ocupadas, não há como atender mais pessoas. Ela relatou as condições precárias dos serviços, mencionando colchões infestados de percevejos e ratos. Informou ainda que a dedetização agora ocorre mensalmente, ao invés de ser trimestral, como acontecia anteriormente. Mabel destacou que o valor repassado pela SMADS para a alimentação da população em situação de rua é de apenas R\$9,49 por refeição.

Além disso, Mabel mencionou a dificuldade em contratar trabalhadores, pois o piso salarial da SMADS está abaixo do salário-mínimo estadual, o que tem levado muitos funcionários a pedirem demissão e a buscar trabalho em outras áreas, como saúde ou educação. Relatou também que os cursos destinados aos trabalhadores estão com número reduzido e que o sistema de prestação de contas está ineficaz, dificultando o uso dos recursos, mesmo quando a verba está disponível. Também comentou sobre a central de vagas, afirmando que não consegue fazer encaminhamentos diretos para famílias necessitadas, pois tudo deve ser gerido pela central. Mabel expressou sua preocupação com a mudança na gestão das vagas, mencionando que a central de vagas agora também gerenciará as vagas masculinas, o que, segundo ela, pode gerar um caos no sistema de atendimento.

Castor sugeriu que a presença da imprensa nas reuniões seria importante para expor as dificuldades enfrentadas

Alcyr enfatizou a importância de convocar uma reunião extraordinária com a Secretaria de Assistência Social para tratar dos problemas relatados.

Mabel e Aline concordam com a devolutiva.

Gisele começa a falar e pede retorno de sim ou não, a devolutiva que ela solicita e isso não

ocorre. Informa que não tem vaga ligando para 156.

Alcyr informa a conselheira que o tempo dela deu e que ela estava advertida.

Alcyr também fez alguns informes:

O processo disciplinar de Maria, Alex e Gisele foram encaminhados, com prazo de 15 dias para defesa.

Bilhetes únicos dos conselheiros serão liberados.

Alcyr informa que o Quórum caiu, por isso a reunião se encerraria, e devido à falta de ordem a reunião.

Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às 17h23.

Encaminhamentos:

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Agendar reunião extraordinária com a Secretaria de Assistência Social, para tratar dos assuntos dessa ordinária.		
02			
03			

Lista de Presença 120176469



Karen Fernanda dos Santos Barbosa

Assessor(a) III

Em 19/02/2025, às 16:13.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **119860253** e o código CRC **DC353A52**.